

**A. I. N.º** - 180503.0044/06-2  
**AUTUADO** - FRANCOPEL AUTOPEÇAS LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ DE CASTRO DIAS  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 10.05.07

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N.º 0129-03/07

**EMENTA:** ICMS: DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS **a)** BENS DESTINADOS AO USO OU CONSUMO. Infração subsistente. É devido o pagamento do diferencial do imposto entre as alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento autuado. **b)** BENS DESTINADOS AO ATIVO. O sujeito passivo comprovou que houve a retenção do imposto pelo remetente. Infração não caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 05/12/2006, refere-se à exigência de ICMS no valor total de R\$1.789,38 com aplicação da multa de 60%, assim discriminados:

Infração 01- Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do próprio estabelecimento. Total do débito: R\$801,62.

Infração 02- Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. Total do débito: R\$987,76.

Inconformado, o autuado apresenta impugnação à folha 18, dizendo que o Auto de Infração foi lavrado em 05/12/2006, de acordo com o período fiscalizado de 01/01/2002 a 31/12/2003. Aduz que foi apresentado um valor devido a título de antecipação parcial no valor de R\$1.789,38, e que, todavia, foi incluído o valor correspondente à Nota Fiscal de nº 957.259, no valor de R\$987,76, que considera indevido em razão do Convênio ICMS 51/00. Salaria que foi feita pesquisa por telefone junto ao Plantão Fiscal da SEFAZ, quando houve a confirmação do referido pagamento. Solicita a exclusão do valor de R\$987,76, da referida nota fiscal, bem como o recolhimento do valor de R\$801,62, além de R\$153,70 a título de multa e juros, totalizando um DAE no montante de R\$955,32. Acrescenta que deve ser concedido o aproveitamento do crédito do valor pago, por uma empresa inscrita na condição de normal, e que o imposto recolhido referente à diferença de alíquotas, enquadra-se na mesma natureza do ICMS exigido por antecipação parcial.

O autuante, por sua vez, produz informação fiscal à folha 26, dizendo que concorda com o impugnante sobre a exclusão da nota fiscal de nº 957.259. Com relação aos créditos fiscais requeridos, entende que as mercadorias destinadas ao uso e consumo do estabelecimento do contribuinte não geram direito ao aproveitamento dos créditos fiscais, e que somente aquelas destinadas ao ativo fixo, o crédito pode ser utilizado em 50 parcelas mensais. Discorda do autuado quanto à natureza das infrações exigidas no presente Auto de Infração, que não se assemelham ao instituto da antecipação parcial.

#### VOTO

O Auto de Infração, em lide, foi lavrado para exigência de imposto relativo ao diferencial de alíquotas de mercadorias destinadas ao consumo e ativo fixo do estabelecimento autuado.

Da análise das peças processuais, quanto à infração 01, constato que o impugnante, apenas requereu a utilização dos créditos fiscais correspondentes, uma vez que houve o recolhimento do imposto exigido conforme cópia do DAE detalhado à folha 24. Quanto ao aludido pleito, não pode ser acatado, uma vez que se trata de exigência de ICMS, pela falta de recolhimento da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação, destinadas ao uso e consumo do estabelecimento do autuado, obrigação tributária legalmente prevista no artigo 155, VII e VIII, da Constituição Federal, reproduzida nos artigos 2º, IV, 4º, XV, da Lei 7.014/96, com base de cálculo prevista no artigo 17, XI, § 6º da mencionada Lei, e artigo 69 do RICMS-BA. Quanto ao direito do crédito do imposto exigido na presente autuação, a sua utilização está vedada até 1º de janeiro de 2011, nos termos do artigo 33, I, da Lei Complementar 87/96.

*Art. 20 - Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.*

*Art. 33 - Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:*

*I - somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2011;*

Logo, uma vez que se trata de aquisição de mercadorias destinadas ao consumo do autuado, a utilização do crédito fiscal está vedada até 31/12/ 2010. Com relação ao valor constante no DAE detalhado à folha 24, verifico que o recolhimento foi efetuado em 22/12/2006, após a lavratura do Auto de Infração. Mantida a exigência fiscal.

Com relação à infração 02, verifico que o autuado contestou a exigência do valor de R\$ 987,76, correspondente à nota fiscal de nº 957.259, emitida pela Fiat Automóveis (fl. 08), alegando que o imposto devido a título de diferencial de alíquotas foi retido pelo remetente por força do Convênio ICMS 51/00, fato não contestado pelo autuante. Observo que efetivamente foi destacado pelo referido remetente o imposto exigido nesta infração, e, portanto julgo improcedente a imputação fiscal relativa a este item.

No que tange à utilização dos créditos fiscais, deste item, verifico que se trata de imposto devido pela aplicação do diferencial de alíquotas nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo do autuado, e está perfeitamente disciplinado no artigo 93, § 12 e § 17 do RICMS-BA os quais transcrevo abaixo:

*§ 12. Além dos lançamentos de que cuida o parágrafo anterior, os créditos referentes a bens do ativo imobilizado serão objeto de outro lançamento, em documento denominado Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), nos termos do § 2º do art. 339.*

*§ 17. O uso do crédito relativo às entradas de bens destinados ao ativo imobilizado e respectivo serviço de transporte, ocorridas a partir de 1º/1/2001 fica sujeito as seguintes disposições (Lei nº 7710):*

*I - a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;*

*II - em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;*

*III - para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das*

*operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;*

*IV - o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;*

*V - na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos, contados, da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;*

*VI - serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo, na forma prevista no § 2º do art. 339, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo;*

*VII - ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.*

Ante o exposto voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser considerados os valores recolhidos, quando da quitação dos débitos.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **180503.0044/06-2**, lavrado contra **FRANCOPEL AUTOPEÇAS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$801,62**, com aplicação de multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, alínea f da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de abril de 2007.

ARIVALDO SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA